

Contribuições da educação do campo para uma formação omnilateral

Contributions of rural area education to omnilateral formation

Contribuciones de la educación de el campo a formación omnilateral

Recebido: 20/07/2020 | Revisado: 04/08/2020 | Aceito: 06/08/2020 | Publicado: 14/08/2020

Eduardo Lourenço Figueiredo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4360-1044>

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: edulourencofigueiredo@gmail.com

Nelson Vieira da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0062-8941>

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas, Brasil

E-mail: nelson.silva@ifal.edu.br

Resumo

O presente trabalho aborda a questão da educação do campo e surge com o propósito de pensar suas possíveis contribuições para uma formação omnilateral. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa de cunho bibliográfico. Iniciamos com uma breve análise da história da educação do campo no Brasil, com todas as lutas e conquistas, seguimos fazendo uma diferenciação entre a educação rural e a educação do campo, posto que as mesmas, embora muitas vezes tratadas como se fossem o mesmo tipo de educação, possuem características específicas. A educação rural caracterizada por reproduzir a educação urbana no meio rural, a educação do campo procura não somente valorizar a identidade camponesa, mas atuar em prol da emancipação dos sujeitos do campo. O artigo apresenta uma breve definição de formação omnilateral, enquanto uma formação que engloba todas as dimensões do processo de humanização dos sujeitos. Infere-se que a educação do campo pode proporcionar importantes contribuições para que a formação omnilateral se efetive a exemplo do caráter ético-político dado ao fazer educativo, da busca pela superação do paradigma de produção capitalista e da luta pela construção de um novo modelo de sociedade baseado num desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Emancipação; Fazer educativo; Identidade camponesa; Sujeitos do campo.

Abstract

The present paper addresses the issue of rural area education and comes up with the purpose of thinking about its possible contributions to an omnilateral formation. For this purpose, we used bibliographic research as a methodology. We begin with a brief analysis of the history of rural area education in Brazil, with all the struggles and achievements, we continue to differentiate between rural education and rural area education, since they, although often treated as if they were the same type education, have specific characteristics. Rural education characterized by reproducing urban education in rural areas, rural area education seeks not only to value peasant identity, but to act in favor of the emancipation of rural subjects. The article presents a brief definition of omnilateral training, while a training that encompasses all dimensions of the humanization process of the subjects. It is inferred that rural area education can provide important contributions so that omnilateral formation takes place, following the example of the ethical-political character given to educational activities, the search for overcoming the paradigm of capitalist production and the struggle for the construction of a new model of society based on sustainable development.

Keywords: Emancipation; Educational do; Peasant identity; Field subjects.

Resumen

El presente trabajo aborda el tema de la educación del campo y surge con el propósito de pensar en sus posibles contribuciones a una formación omnilateral. Para ello, utilizamos la investigación bibliográfica como metodología. Comenzamos con un breve análisis de la historia de la educación del campo en Brasil, con todas las luchas y logros, seguimos diferenciando entre educación rural y educación del campo, ya que, aunque a menudo se tratan como si fueran del mismo tipo educación, tienen características específicas. La educación rural, que se caracteriza por reproducir la educación urbana en las zonas rurales, busca no solo valorar la identidad campesina, sino actuar a favor de la emancipación de los sujetos rurales. El artículo presenta una breve definición de la capacitación omnilateral, mientras que una capacitación que abarca todas las dimensiones del proceso de humanización de las asignaturas. Se infiere que la educación del campo puede proporcionar contribuciones importantes para que tenga lugar la capacitación omnilateral, siguiendo el ejemplo del carácter ético-político dado a las actividades educativas, la búsqueda de superar el paradigma de la producción capitalista y la lucha por la construcción de un nuevo modelo de sociedad basado en el desarrollo sostenible.

Palabras clave: Emancipación; Haciendo educativo; Identidad campesina; Temas del campo.

1. Introdução

A trajetória da educação do campo é marcada pelas lutas envolvendo os movimentos sociais, sindicais e pastorais da terra na busca pela construção de políticas públicas que favoreça os povos do campo, valorize suas identidades, contribua para sua permanência no campo e possibilite a vivência de uma educação realmente campestre (Queiroz, 2011).

A educação rural está historicamente atrelada à manutenção do projeto de poder da pequena elite do Brasil que busca manter os trabalhadores no campo, subservientes ao capitalismo, para manutenção dos privilégios em detrimento ao progresso humano (Fernandes et al., 2008). Todavia, a educação do campo dentro do conceito de omnilateralidade é emancipadora e parte do reconhecimento do protagonismo do sujeito do campo em seu fazer educativo, valorizando sua cultura, saberes, trajetórias e territorialidades.

A formação omnilateral é caracterizada pela valorização do ser humano em sua integralidade e, por isso, integra diversas dimensões no processo de formação do sujeito: ontológica, gnosiológica e ético-política que, numa sociedade capitalista, aparece como uma impossibilidade, posto que uma sociedade marcada por uma forma de trabalho parcializada e alienante não pode oferecer outro tipo de formação que não seja também ele parcializado e alienante (Bonamigo, 2014).

Face as considerações, o artigo apresenta as contribuições da educação do campo para uma formação efetivamente omnilateral. A busca pela valorização do aspecto ético-político do fazer educativo desde suas origens, o reconhecimento do trabalho como princípio educativo e a luta pela superação do modo de produção capitalista que estão ligadas diretamente à formação omnilateral.

2. Metodologia

A pesquisa realizada é caracterizada como de cunho bibliográfico e tem como objetivo apresentar as possíveis contribuições que a educação do campo pode dar para uma formação omnilateral.

Segundo Almeida e Betini (2015), pesquisas de natureza bibliográfica tem como materiais e fontes obras já disponíveis e consistem em uma particularidade da pesquisa documental, sobretudo quando pautadas com exclusividade em suporte bibliográfico com o objetivo de mapear trabalhos científicos em torno de um tema de pesquisa.

Nesse sentido, foram utilizados artigos cujos títulos, resumos ou assuntos tivesse as expressões “educação do campo”, “formação omnilateral” e “educação rural”. Foram utilizados seis livros e sete artigos para composição do trabalho. Na escolha das publicações, foi levado em conta os artigos e

livros que datavam do final dos anos 1990 até os dias atuais. As fontes de busca foram o google Acadêmico, Portal Periódico capes e o Scielo.

A partir dos artigos e livros utilizados na elaboração do trabalho foi possível estruturar o mesmo em dois tópicos: Educação do Campo no Brasil e Formação Omnilateral, com seus respectivos subtópicos. Obviamente, os artigos e livros escolhidos e o próprio trabalho efetivado não esgotam a questão, mas dão base a uma reflexão inicial sobre as contribuições dadas por uma educação efetivamente do campo para um modo de educar que tenha como seu aspecto central a valorização de uma formação pautada pela ideia da omnilateralidade.

3. Resultados e Discussão: Histórico da educação do campo no Brasil

Está estabelecido no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 o princípio da igualdade das condições de acesso e permanência na escola para todos. Todavia, sob ponto de vista histórico, isso está muito distante de ser a realidade da população rural brasileira, que segue convivendo com altos índices de analfabetismo, repetência e distorção idade-série, altas taxas de evasão e baixos níveis de escolaridade. De acordo com a constituição, a educação tem como objetivo o desenvolvimento integral da pessoa e sua formação tanto para o exercício da cidadania e trabalho. É preciso reconhecer que para os povos do campo a constituição não tem se tornado uma realidade vivenciada, sendo um ideal a ser alcançado.

A educação rural no Brasil, na verdade, por motivos socioculturais, sempre esteve sob o comando de um pensamento elitista cuja visão ideológica pode ser descrita na frase: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”. Tal educação servia aos interesses da oligarquia agrária de nosso país (Leite, 1999).

O acesso aos meios pelos quais os sujeitos do campo possam tornar-se conhecedores das complexidades envolvidas nos processos de construção do conhecimento, produção econômica, política e cultural tem sido sistematicamente negado à população campestre desde o início da história do Brasil. Prova disso são os já citados índices de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade da população campestre (Fernandes, et al., 2008).

Segundo Marinho (2008), sendo o Brasil um país explorado pela coroa portuguesa e que, portanto, deveria produzir riqueza para a Europa, a escolarização dos trabalhadores do campo não era vista como necessária, pois a produção de tal riqueza tinha como exigência apenas a efetivação do trabalho braçal e, por isso, não necessitava de trabalhadores que soubessem ler e escrever.

Por causa do processo de industrialização, a população campestre começou a abandonar o campo e ir para a cidade em busca de trabalho. Tal fato fez com que, inicialmente, a educação de tais sujeitos fosse pensada como uma estratégia para que os mesmos se mantivessem no campo, uma vez que a elite agrária não estava disposta a perder seus trabalhadores. O fluxo migratório da população

rural para a cidade, em busca de trabalho nas indústrias, é o que impulsiona a criação de um projeto chamado Ruralismo Pedagógico. A ideia do mesmo seria atender aos objetivos dos grandes fazendeiros de manterem seus trabalhadores em suas terras.

No período que vai de 1930 até 1936 há a transformação da sociedade oligárquica brasileira numa sociedade urbano-industrial. Nesse momento histórico aparece na constituição políticas de cunho educacional. O artigo 150 da constituição de 1934, por exemplo, tem como proposta a necessidade de um Plano Nacional de Educação e torna obrigatório, gratuito e extensivo aos adultos o ensino primário (Marinho, 2008).

A preocupação com a educação da população campestre, porém, somente se fortalecerá a partir de 1937, com o chamado Estado Novo. O que se busca nesse momento é a expansão do ensino rural e do folclore e trata-se de uma expansão do ensino que aparece fortemente vinculada aos interesses ideológicos do Estado que, por sua vez, servem aos objetivos do imperialismo (Souza, 2014).

Já na década de 1960 a educação é pensada como estando estreitamente vinculada à noção de desenvolvimento. Isso faz com que se veja como grande empecilho para a modernização do país a ausência de uma mão de obra efetivamente qualificada. Lança-se para a educação o compromisso com essa qualificação da mão de obra. É a mesma que deve fornecer ao trabalhador braçal a qualificação necessária.

Nesse contexto, em 1961, é fixada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61, por meio da qual passa-se aos municípios a responsabilidade pela estruturação da escola fundamental rural (Fernandes, 2012). A ausência de um suporte aos municípios por parte dos órgãos federais e estaduais mostrou que, na prática, ainda havia uma desvalorização por parte do Estado desse tipo de educação.

Em 1964, com o golpe militar, uma série de mudanças atingem o âmbito educacional em nosso país. As possibilidades de participação, intervenção e representação popular perdem força e há, inclusive, a perseguição, prisão e exílio de educadores que tenham envolvimento com a educação popular. Tal período se caracteriza pelo comprometimento com a chamada segurança nacional e a busca por desenvolvimento econômico, ambos pensados de modo a favorecer apenas a elite do país e manter a marginalização dos grupos já excluídos dos direitos sociais básicos, tais como educação, direito à terra, moradia, etc.

As reações ao autoritarismo na década de 1970, porém, crescem e fazem surgir reflexões críticas sobre a educação da população rural. Outras iniciativas e discussões sobre a educação de jovens e adultos e sobre a educação popular também ganham espaço no seio da sociedade brasileira, mudando o cenário de silenciamento a negação de projetos advindos das camadas menos favorecidas de nosso país.

Na década de 1980 temos a criação e organização de duas entidades fundamentais, tanto para lutas em defesa de direitos trabalhistas quanto para a educação do campo e a luta por reforma agrária.

Em 1983 é fundada a CUT (Central Única dos Trabalhadores) que, desde seus passos iniciais, sempre contou com a participação de trabalhadores do campo, e em 1984 é fundado o MST (Movimento Sem Terra). O mesmo, além de ser um movimento indispensável na luta pela reforma agrária, tem se mostrado um dos principais contribuintes para se pensar uma educação efetivamente do campo (Queiroz, 2011).

No final dos anos 1990, os movimentos sociais camponeses conseguiram articular o movimento “Por uma Educação Básica do Campo”. Tal movimento teve sua primeira conferência em Goiás (Queiroz, 2011), em julho de 1998 e deu origem a um processo de reflexões e busca pelo aprofundamento de uma educação do campo.

Como continuidade da primeira conferência realizada em julho de 1998, a segunda conferência do movimento “Por uma Educação do Campo”, se efetivou em agosto de 2004 e contou com a presença de 1.100 participantes (Queiroz, 2011). Esta segunda conferência serviu, tanto para ampliar a participação dos movimentos e organizações sociais comprometidos com uma educação do campo quanto para aprofundar o debate sobre esse tipo de educação.

O que fica claro, a partir de uma breve análise da história da educação do campo, é que a mesma não foi uma prioridade para a política educacional brasileira e que os avanços conseguidos são devidos, sobretudo, aos movimentos sociais, sindicais e às pastorais que, desempenhando um forte papel político, na luta pelos mais diversos direitos, influenciaram o surgimento de movimentos de educação do campo e, inclusive, possibilitou essa educação no âmbito da não-formalidade. É possível também, a partir desse mesmo tipo de análise, perceber que, durante muitos anos o que prevaleceu no país foi não propriamente uma educação do campo, mas uma educação rural.

Educação do Campo versus Educação Rural

A diferença entre a educação do campo e a educação rural não é uma mera questão de nomenclatura, está relacionado ao projeto de sociedade idealizada e possuem visões específicas a respeito do campo. A depender do tipo de educação adotada, podemos caminhar em busca da emancipação dos sujeitos camponeses ou estarmos contribuindo para o processo de alienação de tais sujeitos e de negação de suas identidades.

Assim, desde 1889, a partir da Proclamação da República, já se pode falar numa educação rural, visto que é nessa época que o governo cria uma pasta da “Agricultura, Comércio e Indústria” para atender aos alunos que vivem no campo. O que há, todavia, nesse momento histórico, não é uma escuta da população do campo com seus anseios e desejos, mas simplesmente uma educação que visa ensinar a ler, escrever e fazer conta (Simões & Torres, 2011).

Infere-se que a educação rural sempre esteve a serviço da elite do país em seu projeto de poder, bem como a manutenção das classes menos favorecidas em seu estado de ausência de concretização de seus direitos. Desse modo, aproximadamente em 1917, com o grande fluxo

migratório dos camponeses para as cidades, em busca de emprego, ocorre a instalação de escolas para camponeses, a partir do viés de uma educação rural, como modo de manter os sujeitos campensinos inseridos no campo (Simões & Torres, 2011). Assim, vê-se claramente que a preocupação não está direcionada para a realidade do camponês, mas pauta-se nos objetivos e interesses do grande fazendeiro em conter a mão de obra necessária no espaço campesino.

É importante relatar que a educação rural não dava conta de atender as demandas dos alunos do campo e, na falta de escolas, muitos alunos se viram na necessidade de se deslocar por grandes distâncias para poderem ter acesso ao ensino. Havia a ausência de um número suficiente de escolas e de uma proposta pedagógica que não fosse norteadada pela lógica da cidade. A educação rural, partindo de uma visão urbanocêntrica, nada mais era do que a transferência para o campo do modo da educação planejada para a realidade urbana. O urbano ocupava não somente um lugar prioritário no fazer educativo, mas único, no sentido de que não havia uma educação pensada realmente a partir da realidade camponesa (Simões & Torres, 2011).

No entender da educação rural, o campo é visto como atrasado e como fadado a ser tragado pelo processo de industrialização do país. Isso impedia que a realidade diversa dos povos campesinos fosse considerada e anulava qualquer possível atenção que pudesse ser dada à sua identidade e cultura. Esse tipo de educação (educação rural), como visto no decorrer deste trabalho, perdurou por muitos anos no Brasil.

A educação do campo, por sua vez, tem origem nos movimentos sociais, sindicais, camponeses e nas pastorais, e parte de uma valorização do sujeito do campo com sua cultura e identidade, tendo como seu principal interesse a emancipação desse mesmo sujeito e a construção de uma nova sociedade pautada em valores que não estejam submetidos ao capital. Contudo, a visão de escola que a educação do campo possui difere daquela que é concebida pela educação rural. A escola é vista como um lugar privilegiado de formação, de conhecimento, cultura e de valorização das identidades das crianças, jovens e adultos do campo e tem como objetivo abri-los a novos horizontes sem, no entanto, retirá-los do campo, do território onde construíram e constroem suas identidades (Arroyo, Caldart & Molina, 2011).

É importante que a educação seja pensada levando-se em conta as características diversas de cada grupo ou comunidade, com sua respectiva situação histórica, recursos disponíveis, anseios, desejos e sonhos (Arroyo, Caldart & Molina, 2011). Portanto, o currículo da escola do campo deve se construir fundamentado na ideia de desenvolvimento integral, podendo, assim, inserir os sujeitos do campo no processo produtivo de forma justa com ênfase no bem-estar social.

Considerar as especificidades do povo do campo não significa negar o conhecimento universal, que deve ser comum a todos. Antes, deve manter-se o paradoxo de uma educação que, ao mesmo tempo que sabe valorizar as singularidades da realidade campesina, consegue manter-se compartilhando com os povos do campo aquilo que é comum a todos e permitindo-lhes o acesso à ciência e à tecnologia (Júnior & Netto, 2011).

Características da Formação omnilateral

Uma primeira característica que devemos destacar de uma formação omnilateral é que ela possibilita que as massas alcancem um nível de elevação de seus conhecimentos e de sua capacidade de atuação que, através dos mais diversos mecanismos, estiveram disponíveis somente para a classe dominante. É nesse sentido que o trabalho, enquanto princípio educativo, aparece como algo indispensável. O tipo de perguntas que se devem elaborar, desde uma atuação educacional pautada pelo compromisso com a classe trabalhadora, apontam para essa importância fundamental do trabalho. Estão relacionadas ao que deve ser sabido pelo trabalhador na sociedade para que o mesmo possa controlar de alguma maneira não unicamente o processo produtivo, porém também o produto do seu trabalho (Ciavatta 2014).

O que a formação omnilateral busca, tendo o trabalho como princípio e processo educativo, é a reestruturação da unidade, perdida na sociedade capitalista, das diversas dimensões pertencentes ao humano. O objetivo a ser alcançado é o da superação da cisão em que se encontram essas dimensões em nossa sociedade. Unicamente com base nessa reestruturação se faz possível a potencialização da emancipação do ser humano (Bonamigo, 2014).

O humano, composto por diversas dimensões: ontológica, gnosiológica e ético-política, não consegue sua autorrealização num contexto em que essas dimensões do seu ser, individual e social, estejam dissociadas (Bonamigo, 2014). É daí que surge a necessidade de um novo projeto político capaz de romper com as determinações históricas impostas na atualidade. Dessa forma, o ser humano, para se afirmar enquanto sujeito de sua ação, precisa também, em sua ação individual ou social, realizar três momentos interligados: de atividade prática, cognoscitiva e teleológica. A falta de um desses três elementos indica a vivência, por parte do ser humano, de um processo alienante (Bonamigo, 2014).

A formação omnilateral, que tem o trabalho como princípio educativo, nos coloca, portanto, diante do compromisso com a adoção de uma abordagem que compreende a educação como um processo formativo capaz de produzir a integração da humanização em suas múltiplas dimensões. O desenvolvimento moral e intelectual, o trabalho, a base produtiva, a socialização, etc., são elementos que se valorizam e integram entre si nesse processo.

Encarar com seriedade o compromisso com a formação omnilateral equivale também a reconhecer a dimensão ético-política do fazer educativo. Isso significa que a educação não pode ser compreendida a partir de um paradigma que proponha qualquer suposta neutralidade política no ato de educar. Existe, de modo necessário, uma postura política e uma opção feita pela transformação da sociedade, na superação do modo de produção capitalista, que acompanha aqueles que optam pela defesa de uma educação omnilateral (Bonamigo, 2014).

Podemos reiterar, então, que a formação omnilateral, significando a reestruturação das relações existentes entre as três dimensões do humano: ontológica, gnosiológica e ético-política, tem

como proposta a superação das relações sociais que, no contexto atual, apresentam-se como desumanizadoras.

Limites da Formação Omnilateral na Sociedade Brasileira

A vivência de uma formação omnilateral, todavia, não é possível em sua plenitude no contexto de uma sociedade capitalista. Tal formação, para concretizar-se, tem como pressuposto a existência de uma sociedade em que o trabalhador, exercendo o senhorio sobre o produto do seu trabalho, já não se veja colocado em relações sociais alienantes. Não é possível, portanto, qualquer tipo de transferência automática, por assim dizer, de um modelo educativo que só pode ser realmente efetivado numa sociedade socialista para uma sociedade ainda pautada pelo paradigma do capital (Ciavatta, 2014). Desse modo, se faz necessário o reconhecimento dos limites que se impõem sobre as tentativas de uma formação omnilateral em nosso país. O Brasil, ainda marcado por forte desigualdade social, por relações de trabalho marcadas pela injustiça e ainda sob o domínio dos interesses de uma pequena elite, não pode, nesse momento histórico, ser um lugar em que se efetive em sua plenitude um projeto de educação realmente omnilateral.

Para Mészáros (1997), há a exigência de mudanças estruturais mais amplas e de uma luta que se dê para além dos limites colocados pela educação formal, tendo como objetivo um novo modelo de sociedade. Não estando firmadas ainda, em nosso país, novas relações sociais e de trabalho, a educação omnilateral se configura como uma impossibilidade.

A educação, estando constituída numa sociedade marcada pelo caráter parcial e alienante do trabalho, não tem condições, em âmbito geral, de assumir outra forma de ser que não seja também parcializada e alienante. Todavia, qualquer tentativa de construir um modelo educacional distinto, que cause o rompimento com a ordem hegemônica, aparece como algo subversivo e que contribui para dismantelar a mesma. Desse modo, os representantes da ordem estabelecida trabalham para impedir a todo custo avanços que nos conduzam na direção de um novo tipo de formação, distinto daquele atualmente estabelecido, e buscam, das mais diversas maneiras, não somente a preservação da ordem vigente, mas também retrocessos que nos conduzam a um distanciamento ainda maior do ideal perseguido da omnilateralidade.

A formação omnilateral aparece, portanto, como formação do futuro que se faça a partir da superação das relações sociais que se estabelecem no capitalismo. Porém, isso não quer dizer que devemos nos afastar do compromisso com esse tipo de formação. Ainda que tendo a clareza de que possuímos apenas os germes do tipo de educação que buscamos construir, devemos estar comprometidos com esse trabalho que tem como seu principal objetivo construir um processo de conscientização que permita a luta dos filhos da classe trabalhadora por mudanças de caráter estrutural que apontem para uma formação omnilateral.

Educação do Campo e Formação Omnilateral

A educação do campo se apresenta como uma educação capaz de contribuir em muito para a formação omnilateral dos sujeitos. Em primeiro lugar, quando revisitamos a história da formação omnilateral, chegando a uma análise da Rússia de 1917, o que vemos é que, desde seu início, a ideia desse tipo de formação sempre foi a adoção do trabalho como princípio educativo, o que fez com que os primeiros educadores da Revolução Russa postulassem a transformação de todas as escolas em escolas unitárias de trabalho (Ciavatta, 2014).

O trabalho também é princípio educativo que ocupa lugar central na realidade da educação do campo. Daí a efetivação, em alguns lugares do país, da chamada pedagogia da alternância, uma pedagogia que busca manter integrados na vida do estudante o seu ambiente de estudo, trabalho e vida, em que o trabalho ocupa um lugar absolutamente prioritário na prática pedagógica e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem do aluno do campo. O processo busca superar uma formação que seja meramente intelectual e que mantenha a dicotomia entre o estudo de caráter estritamente intelectual e o trabalho braçal e, nesse sentido, mais uma vez, se coloca como capaz de auxiliar na efetivação de uma formação omnilateral, visto que esse também é o objetivo desse tipo de formação. Ciavatta (2014) cita que a ideia de uma formação omnilateral remonta à proposta marxiana de educação, de acordo com a qual o que se busca é justamente essa união entre a teoria e a prática e, conseqüentemente, entre o estudo e o trabalho, visando a superação das relações sociais baseadas na divisão social do trabalho.

A educação do campo é também um tipo de educação que, diferente da educação rural, valoriza a realidade camponesa e o sujeito do campo em sua integralidade. Existe a valorização da identidade do camponês, do território que ele ocupa e de seu modo de vida e, por isso, um caráter ético-político do fazer educativo. Desse modo, aqui também se visualiza a contribuição que pode ser dada pela educação do campo para uma formação efetivamente omnilateral dos sujeitos.

Tendo tal educação surgido justamente a partir das reivindicações de políticas públicas por parte de órgãos sindicais, movimentos de trabalhadores e pastorais da terra para os povos do campo, o aspecto ético-político da educação sempre esteve presente na atuação daqueles que estiveram envolvidos com uma educação do campo. Desde seu início, havia a consciência de que tal modelo educativo exigia também uma tomada de posição diante da realidade em favor dos menos favorecidos e, portanto, em visível conflito com a pequena elite que domina o país.

Face as considerações, assim como a formação omnilateral está comprometida com a transformação da sociedade e o abandono do paradigma de produção baseado no capital, a educação do campo também busca construir um outro tipo de sociedade, mais solidária, respeitosa com os homens, animais e a natureza como um todo e capaz de exercer tolerância para com a diversidade de modos de vida e, nesse sentido, estão estreitamente vinculadas.

4. Considerações Finais

No que concerne aos povos do campo, no Brasil, durante muito tempo o que prevaleceu entre eles foi uma educação rural. Tal forma de educação estava a serviço dos interesses da classe privilegiada brasileira e partia do pressuposto de que para o desenvolvimento do trabalho braçal, que ficava a cargo da classe menos favorecida, somente era necessário aprender a ler, escrever e fazer conta.

Era imposta uma clara limitação ao processo de ensino-aprendizagem da classe trabalhadora e, além disso, não existia uma educação contextualizada. O que se tinha era a transferência para o campo do mesmo tipo de educação que se tinha na cidade. A partir de uma visão urbanocêntrica, tinha-se a ideia do campo como lugar de atraso e de falta de desenvolvimento. Todavia, reflexões sobre a educação campestre são desenvolvidas e lutas por políticas públicas que favoreçam a educação das pessoas do campo são travadas pelos movimentos sociais, sindicais e pelas pastorais da terra. Essas lutas evidenciam que a educação do campo exige o que também é característica indispensável de uma formação omnilateral: o aspecto ético-político do fazer educativo.

O que também fica claro, nesse contexto, é a profunda diferença existente entre a educação rural e a educação do campo. Não se trata apenas do uso de nomenclaturas distintas, mas de modos diversos de se olhar para o campo e para os sujeitos que nele habitam. De um lado, há uma forma de educação que não valoriza a identidade campestre e busca a preservação do status quo; de outro, há uma educação que não somente valoriza a identidade do sujeito do campo, mas busca o protagonismo e emancipação desse mesmo sujeito.

A primeira forma de educar não pode ter o trabalho como princípio educativo, pois tem como objetivo manter a separação existente entre as classes sociais e sustentar uma realidade em que alguns aprendam a exercer o domínio e outros sejam educados para serem vítimas de dominação. Já a segunda forma de educar tem o trabalho como princípio educativo e, auxiliando na efetivação de uma formação integral, pretende a superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho braçal.

Diante das discussões, infere-se que a educação do campo aparece como uma forma de educação que em muito pode contribuir para uma formação omnilateral dos sujeitos e que pode também auxiliar na luta para que esse tipo de formação seja possível em sua plenitude. Isso na medida em que ela também está interessada na superação do paradigma de produção capitalista e na construção de um tipo de sociedade distinta, baseada na solidariedade entre os

povos, no respeito pela natureza, na preservação dos recursos naturais e na tolerância e preservação da diversidade cultural.

Referências

Almeida, L. C., & Betini, G. A (2015). Investigação sobre a escola e seu entorno: estudo bibliográfico de produções nacionais. *R. Educ. Públ. Cuiabá*, 24(55), 33-56.

Arroyo, M. G., Caldart, R. S., & Molina, M. C. (2011). (Orgs). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Bonamigo, C. A. (2014). Limites e possibilidades históricas à educação omnilateral. *EDUCERE - Revista da Educação, Umuarama*, 14(1), 83-101.

Ciavatta, M. (2014). O Ensino Integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? *Trabalho e Educação*. Belo Horizonte, 23(1), 187-205.

Fernandes, B. M. (2008). *Educação do Campo: Campo - Políticas Públicas - Educação*. Organizadora: Clarice Aparecida dos Santos. Brasília: Incria; MDA.

Fernandes, I. L. C. (2012) *Educação do Campo: a trajetória de um processo de mudanças para os povos do campo*. *Revista Ed. Popular*. Uberlândia, 11(2), 58-69.

Júnior, A. F. S., & Netto, M. B. (2011). Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. *Entrelaçando - revista eletrônica de Culturas e Educação*. Caderno temático: *Cultura e Educação do Campo*. (3), 45-60.

Leite, S. C. (1999). *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez.

Marinho, R. E. (2008). *Um olhar sobre a educação rural brasileira*. Brasília: Universia.

Mészáros I. (2008) *A Educação para além do capital [Tradução: Isa Tavares]*. (2a ed.), São Paulo. Boitempo.

Queiroz, J. B. P de A. (2011). A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo. *Revistas Nera*. Presidente Prudente. Ano 14, (18), 37-46.

Simões, W. & Torres, M. R. (2011) Educação do campo: por uma superação da educação rural no Brasil. Curitiba. Recuperado de <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/38662/R%20-%20E%20-%20MIRIAM%20ROSA%20TORRES.pdf?sequence=1>.

Souza, M. M. de (2014). *Imperialismo e educação do campo*. Araraquara, São Paulo: Cultura Acadêmica.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Eduardo Lourenço Figueiredo – 50%

Nelson Vieira da Silva – 50%